

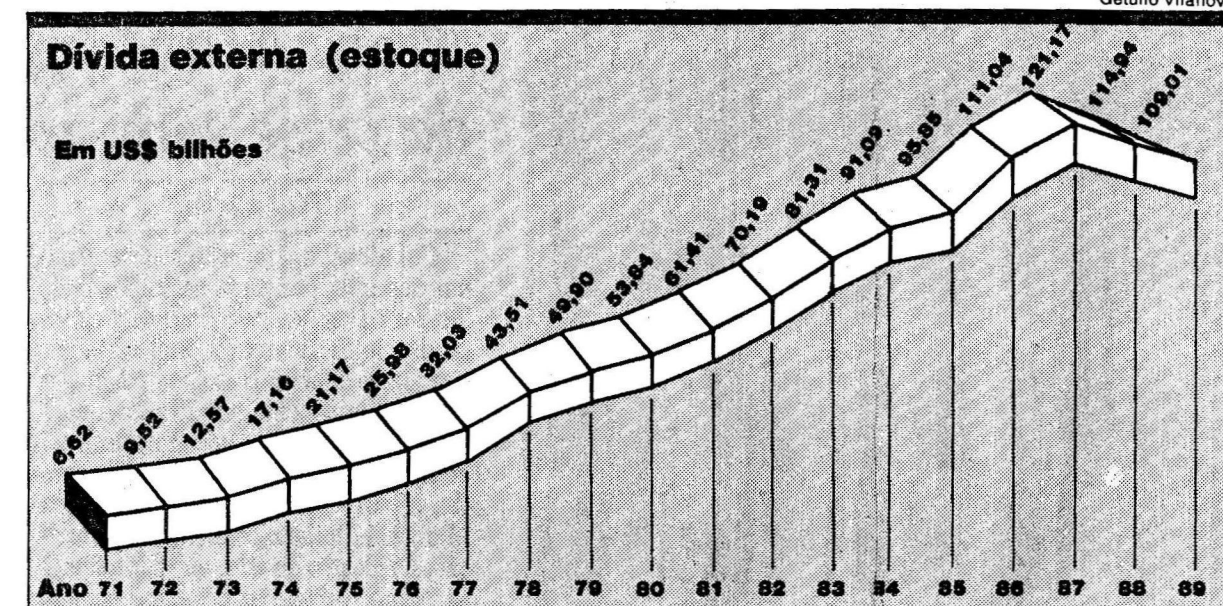
Novo governo herdará atraso de 5,2 bilhões na dívida

Miriam Leitão

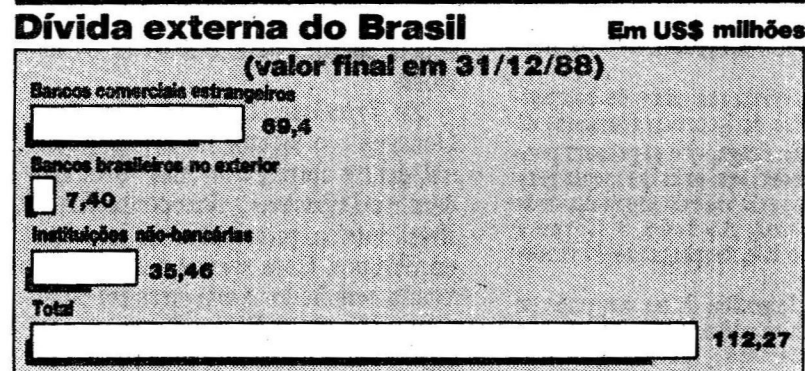
Quando o novo presidente assumir o governo, no dia 15 de março, estará exatamente no olho de um furacão no que se refere à dívida externa. Encontrará nas reservas cambiais brasileiras US\$ 7 bilhões, poupados pelo governo Sarney, mas estará com juros atrasados com os bancos privados de aproximadamente US\$ 5,2 bilhões. E, por coincidência ou azar, vai estreitar a faixa presidencial no mesmo dia em que baterá no Banco Central mais um dos grandes papagaios que, de seis em seis meses, desabam sobre o Brasil. Quinze dias depois, outro problema: expira o acordo com o Clube de Paris, o que obrigará o pagamento de parcelas do principal e do serviço de uma dívida de US\$ 4 bilhões 992 milhões, que foi rolada exatamente para o dia 1º de abril de 1990.

A concentração de problemas só pode ser aliviada se o atual governo conseguir realizar seu plano no pouco tempo que lhe resta: os negociadores brasileiros, chefiados pelo ministro Mailson da Nóbrega, querem um acordo com o Fundo Monetário Internacional, de seis meses, com base em metas rígidas de déficit público para o primeiro ano do próximo governo. Esse acordo dispararia um efeito dominó ao contrário: com ele seria possível haver uma liberação de pelo menos US\$ 200 milhões do FMI. Isto seria o sinal verde para que o Banco Mundial liberasse para o Brasil algo em torno de US\$ 300 milhões. O dinheiro do BIRD permitiria a liberação pelos bancos credores da terceira parcela do dinheiro prometido no último acordo feito em 1988. Este empréstimo — de US\$ 600 milhões — seria somado aos outros dois e mais uma parte sacada das reservas brasileiras. Todo o dinheiro dessa complicada engenharia financeira, junto, seria entregue aos bancos internacionais para abater aquela conta de juros que, se não for paga, estará no dia 15 de março subindo a rampa para os US\$ 5,2 bilhões. Muita gente do governo acredita que é possível, apesar de estar correndo contra o relógio. "Continuo acreditando no acordo", diz, com sua habitual calma, o embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira.

Conta de chegar — Os técnicos do atual governo que se dedicam à questão da dívida externa não liberam a informação de quanto de juros vence a cada mês, desde julho, quando os pagamentos foram suspensos, até março do



Fonte: Banco Central



Fonte: Banco Central

próximo ano. Um deles explica que "esta conta só aumenta o ambiente de tensão no país em que a dívida externa é tratada emocionalmente". Mas não é difícil fazer os cálculos com grandes chances de acerto.

Um técnico do governo, que tem sobre a sua mesa o dia-a-dia do vencimento das contas brasileiras, autoriza o seguinte raciocínio: pelos dados que constam do documento *Brasil, programa econômico* — uma publicação onde constam metas e números da economia brasileira —, o Brasil teria que pagar a todos os seus credores, em 89, US\$ 11,2 bilhões. Desse total, uma parte é juros devidos ao Banco Mundial, FMI e BID — dinheiro sagrado, que não pode deixar de ser pago. A outra parte, mais ou menos 70%, representa os juros da banca privada, que é comandada pelo Citibank,

maior credor brasileiro. Durante os doze meses deste ano deveríamos pagar aos bancos US\$ 7 bilhões 840 milhões. Os juros foram suspensos em julho. Trabalhando-se com a hipótese de que nada seja pago até março, quando o presidente assumir vai estar completando nove meses de atraso, o que dá mais ou menos US\$ 5,2 bilhões. "Use este número como estimativa sua, mas é mais ou menos isto", incentivou esse técnico.

Contas de março — Pelo último acordo feito com os bancos internacionais privados, ao quais o Brasil deve a gorda quantia de US\$ 69,4 bilhões, há uma grande concentração de pagamento de juros exatamente no dia 15 de março de 1990. Os funcionários do governo guardam este número a sete chaves, mas confirmam que a conta de março é quase do mesmo tamanho que os juros venci-

dos em setembro, de exatos US\$ 1 bilhão 625 milhões.

Um brasileiro mais inflamado com os discursos da campanha eleitoral, em que todos os candidatos pregam o não-pagamento dos juros, pode pensar que essa contabilidade é inútil, já que o caminho é mesmo a moratória. É bem menos simples do que parece no horário gratuito do TSE.

Os bancos internacionais privados têm uma grande arma contra o Brasil, ainda nunca usada porque tem o efeito de uma bomba atômica: os US\$ 15 bilhões das linhas de curto prazo, que são usados para financiar o comércio exterior brasileiro e os bancos brasileiros no exterior. Se essas linhas começarem a ser suspensas podem detonar um colapso brasileiro. Além desse velho, mas vivo, fantasma, há outros problemas, como o Clube de Paris.

Esse clube reúne todos os bancos oficiais dos grandes países ricos. Enfrentá-lo significa cutucar com vara curta os mais poderosos leões do planeta. Por isso, o caminho sempre foi negociar. A situação com eles está no seguinte pé: o acordo de agosto de 88 jogou para 31 de março de 1990 o início do pagamento dos juros vencidos neste período e do principal não pago desde janeiro de 87. A dívida chega aos US\$ 4 bilhões 992 milhões. Não precisa ser toda paga, evidentemente, mas os primeiros pagamentos terão que ser feitos no dia 1º de abril. De juros são US\$ 170 milhões nesse dia. E tem ainda o principal.